

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NA REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO
(SET. 1981 - SET. 1983): ESTRATÉGIAS DA POPULAÇÃO VERSUS
POLÍTICAS OFICIAIS.**

**JOÃO ROBERTO LAVIERI
(Dezembro de 1985)**

RESUMO

O trabalho realiza um estudo comparativo de assentamentos habitacionais populares urbanos, do ponto de vista dos conflitos que se apresentam nestes assentamentos como manifestação aguda da disputa por um lugar no espaço da cidade. Para tanto, foram analisadas as diversas formas de habitação popular que apresentaram conflitos envolvendo a disputa entre a permanência e a expulsão de moradores de nucleações habitacionais populares na região da Grande São Paulo, no período de setembro de 1981 a setembro de 1983.

Este estudo teve como instrumento base de análise um levantamento destas situações realizado na imprensa diária, em um período que corresponde ao surgimento de maças ocupações de vãos urbanos, comumente denominadas de "Invasões".

O trabalho procura, a partir do tratamento deste material e de um esforço teórico apoiado na literatura sobre a questão da habitação popular, desenvolver uma análise sobre a apropriação do espaço das cidades pelas camadas populares.

No desenvolvimento do trabalho procuramos explicitar as bases e as modificações das condições de resistência dos moradores de nucleações habitacionais populares, operadas com a ruptura política e institucional que se estabeleceu a partir de 1964.

Por outro lado, buscamos realizar uma análise das várias formas de habitação popular em que se manifestaram conflitos, do ponto de vista de sua expressividade no conjunto das situações de conflito, de seus elementos permanentes e de suas variações em ritmo e intensidade ao longo do período estudado, e de suas relações com o processo de estruturação do espaço urbano dentro da dinâmica de avanço das relações de produção capitalista do Brasil em direção à monopolização. Além disso, são discutidas as formas de participação dos sujeitos que interagem neste processo, particularmente do ponto de vista do papel desempenhado pelo Estado no processo de configuração da base física das cidades e no controle das condições gerais de acesso aos lugares.

Na análise do desenvolvimento dos conflitos procuramos destacar a diversidade dos processos desenvolvidos pelos sujeitos que participaram dos confrontos, na adaptação de sua ação às variações conjunturais, às novas situações e às recorrências colocadas durante o processo de enfrentamento.

Finalmente, desenvolvemos uma análise das estratégias desenvolvidas pelos ocupantes e pelo Estado ao longo da sucessão de conflitos, onde se revela a importância do instituto da propriedade privada da terra como instrumento que garante a priorização da capacidade econômica como critério para a conquista de posições no território das cidades, o que se confronta com as demandas sociais por espaço para a reprodução da força de trabalho.